

Entre Borges e Maciéis: aspectos do processo de construção da cidade republicana no interior de Minas Gerais. Cidade de Patos, 1870-1933

ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA

Doutoranda em História e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia, e mestre em História da Cultura pela UFMG.

e-mail: rosamariahist@gmail.com

Resumo Este artigo procura refletir sobre as especificidades do processo de construção das cidades republicanas em Minas Gerais. Para tanto, toma como objeto a cidade de Patos, hoje Patos de Minas, entre 1870 e 1933. Nesta cidade, o processo se deu por meio da intervenção direta da família Dias Maciel, detentora da gerência política do município de Patos desde 1868. Por outro lado a construção do núcleo urbano original da cidade refletiu o conflito ideológico travado entre a família Maciel e a família Borges, incluindo seus correligionários constituídos por meio de extensas relações de parentesco.

Palavras-chave: cidade; memória, república.

Abstract This paper discusses the specificities of the process of construction of republican cities in Minas Gerais. Therefore, its object was the city of Patos, today Patos de Minas, between 1870 and 1933. In this city, the process occurred through the direct intervention of the Family Dias Maciel, owner of the political management of the Patos municipality since 1868. Moreover the construction of the original urban core of the city reflected the ideological conflict fought between the family Maciel and the family Borges, including their coreligionists constituted through extensive familiar relationships.

Keywords: city; memory; republic

Ainda que todas as cidades sejam “facetas de Veneza”, como concluiu Marco Polo ao término das “*Cidades Invisíveis*” (CALVINO, 1990), cada uma possui a sua especificidade. Consequentemente, sua própria história.

Lógico está que os documentos por meio dos quais os historiadores são capazes de compreender o passado ampliaram-se a olhos vistos desde a renovação metodológica dos Annales em 1929. Da mesma maneira, ampliaram-se as temáticas. Por isso, podemos nos lançar às cidades com o afã das narrativas de Polo ao Grande Kam, pois as cidades são *temas* e, ao mesmo tempo, *documentos* legítimos; pois toda cidade é como “Zaira”, que *contém* seu próprio passado,

(...) como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, p. 15).

Entretanto, as cidades não se “contam”. A urdidura sociocultural que deu origem aos lugares citadinos e à “memória urbana” que se depreende deles precisa ser decifrada. E decifrá-la, é claro, compete ao historiador que se dispõe a pesquisar a *história da cultura*.

Dos muitos enigmas que permeiam as muitas cidades de Minas Gerais, elege-mos os enigmas de *Patos* para decifrar. Mais especificamente, escolhemos decifrar alguns aspectos da construção da sua paisagem urbana. Recortamos entre 1870 e 1933, pois o primeiro é o ano em que foi oficializado o movimento republicano no Brasil e, ainda, é o ano de escrita do primeiro Código de Posturas da *Vila de Santo Antônio dos Patos*, o documento que expressa o esforço inicial de normatização da vivência urbana. Fechamos em 1933, pois foi naquele ano que faleceu o responsável intelectual pela modernização urbana de Patos: o republicano patense Olegário Dias Maciel.

Localizada no intervalo entre a região do Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, Patos de Minas possui uma configuração urbana no mínimo intrigante. Seu “cartão postal” é a Avenida Getúlio Vargas, intervenção localizada no princípio do período republicano, em tudo semelhante às avenidas abertas durante a República.

Em princípio chamada de “Avenida Municipal”, a Getúlio Vargas é formada por duas largas faixas que atravessam de ponta a ponta o centro da cidade.

A avenida Getúlio Vargas estende-se ao longo de sete quadras, além da Praça Dom Eduardo composta por mais três quadras. As quadras centrais, de formato retangular, se dispõem em formato de canteiros diferenciados entre si, compondo “praças” com arborização, paisagismo e mobiliário urbano.

Considerada cartão postal da cidade, palco de comemorações, atrações, manifestações festivas, cívicas e religiosas, além de abrigar edifícios de interesse arquitetônico e histórico, a Avenida é testemunha da história da população patense (BORGES, 2008, p. 3).

Já sabemos que a configuração urbana descrita acima, não é novidade para as cidades do interior. Trata-se do que Murilo Marx (1991) chamou de “laicização do espaço urbano” quando, a partir de 1870, a racionalidade política e econômica substituiu a referência religiosa e pessoal da paisagem citadina, alcançando tanto os grandes centros quanto o interior do Brasil.

Porém, a Avenida Getúlio Vargas de Patos de Minas abriga *ao mesmo tempo* duas configurações urbanas completamente diferentes: a “antiga”, do início do século XIX, que deu origem ao município, e a “moderna”, do final do mesmo século.

As três quadras iniciais da Avenida Getúlio Vargas são os vestígios do Largo da Matriz de Santo Antônio. Embora a matriz não exista mais, está referenciada no conjunto por dois monumentos: o Cruzeiro e o Monumento do Centenário.

O atual conjunto paisagístico, denominado de *Praça Dom Eduardo*, está no centro no núcleo original de povoamento, localizado ao norte. Fazem parte daquele núcleo ruas estreitas e curvas, as quais conduzem a travessas e becos, nitidamente “semeados” à moda lusitana de povoar. Ao mesmo tempo, os edifícios mais antigos e característicos da área são todos em estilo colonial, construídos ao rés do chão, com altas janelas e portas retangulares. São exemplos, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, localizada hoje

na Praça Juquinha Caixeta, e os casarões do Dr. João Borges e do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz.

A configuração urbana descrita acima se estende até a “Travessa dos Queiroz”, localizada atrás da Catedral de Santo Antônio, edificação erguida entre 1930 e 1954.

A Catedral, o maior e mais imponente edifício religioso da cidade, *demarca* a passagem para o outro extremo da Avenida Getúlio Vargas: indo na direção *sul*, estende-se a parte moderna, planejada, com o traçado urbano em forma de tabuleiro, tal qual Belo Horizonte e a sua inspiração, a argentina La Plata: ruas largas, em plano ortogonal, atravessadas em diagonal pela avenida e, ainda, pelas ruas Major Gote e Doutor Marcolino.

Semelhante à Avenida da Liberdade, em Belo Horizonte, a Getúlio Vargas – *depois* da Catedral de Santo Antônio – é margeada por imponentes edifícios, públicos e particulares, construídos de acordo com o mais republicano dos estilos: o eclético. Foi ali que se concentraram, no alvorecer da República, os símbolos do poder e de uma nova urbanidade.

Ao contrário da São Paulo do café que foi erguida *sobre* os escombros da São Paulo de taipa; da apoteótica reforma do Rio de Janeiro que “rasgou” a paisagem colonial para abrir largas e salubres avenidas; ao contrário mesmo de Belo Horizonte, uma espécie de “arcano do inteiramente outro”, Patos de Minas foi, *literalmente*, dividida em duas partes.

Não obstante, a percepção de que a paisagem urbana central de Patos de Minas é *dupla* passa ao largo dos trabalhos que direta ou indiretamente fizeram referência a ela.

Apoiando-se na leitura apresentada por Roberto Carlos dos Santos (2002), jovens historiadores como Leonardo Latini Batista (2009) ou historiadores da Educação, como Rosicléia Aparecida Lopes de Faria (2007), tomaram indistintamente *a cidade de Patos* como um *locus* privilegiado de “modernidade”. Dito de outra forma: *a parte é tida como o todo*, pois se conclui que a modernização do lado *sul* de Patos de Minas foi um fenômeno que perpassou toda a cidade que existia em princípios do século XX. Entendemos que esta leitura acerca da urbanização de Patos como um fenômeno homogêneo requer uma reavaliação.

Concordando com Jadir Peçanha Rostoldo (2008), lembramos que a análise do processo histórico da construção do espaço urbano de uma cidade deve incluir obrigatoriamente, uma interpretação da sociedade que a habita e constrói, sob o risco de se conhecer a obra e não seus produtores. Por isso, “descrever, entender ou interpretar o processo de urbanização no Brasil implica, na verdade, descrever, entender, interpretar a natureza da sua própria sociedade” (DEÁK, 2004, p. 16, *apud* ROSTOLDO, 2008).

Por esse motivo inferimos que é necessário conhecer os *sujeitos* envolvidos no processo de urbanização da cidade de Patos, bem como os embates travados em torno de projetos diferenciais de cidade e das suas vivências urbanas. Nesse sentido, a compreensão do processo de urbanização das cidades do interior em fins do século XIX, inclusive as do interior de Minas Gerais, como Patos, impõe reconhecer em primeiro lugar, que a “classe dominante” ou o seu sinônimo corrente, “as elites”, *não são monolíticas*.

Sem a devida referência e o devido entendimento da posição dos clãs familiares

e dos embates que os colocaram em confronto no cenário urbano que ia se constituindo, não compreendemos a sociedade histórica que gerou a paisagem urbana, influenciando e sendo influenciada por ela.

Como, por exemplo, não atentar para a influência dos Prado e dos Junqueira em praticamente toda região do nordeste paulista? Como deixar de notar a ingerência dos Faleiros e dos Jacintho em Franca, e dos Arruda Botelho em São Carlos e suas cercanias? Da mesma forma, como é possível não reconhecer a primazia dos Sampaio Vidal em Araquara, dos Penteado no entorno de Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu, dos Figueiredo e dos Pereira Barreto em Mococa e nas bandas mineiras adjacentes, entre outras famílias? (...) O estudo dessas famílias é fundamental, dada a formação social brasileira, calcada no mandonismo, condição acentuada de modo especial, graças à estrutura burocrático-administrativa erigida durante a República Velha (DOIN *et al.*, 2007, p. 98).

Assim, considerando *esse grupo social*, observamos que a história da construção da paisagem urbana da cidade de Patos foi marcada por um conflito social sangrento, dado *entre* duas famílias pertencentes à elite política local: os *católicos e monarquistas* Borges, e os *protestantes e republicanos* Dias Maciel, chamados popularmente de “Maciéis”.

As marcas dos Borges e seus parentes, os Caixeta e os Queiroz, permanecem intactas no núcleo urbano original da cidade. Os logradouros e prédios relembram a existência desses personagens, num desafio constante ao esquecimento. Ali estão a casa do Doutor João Borges, a rua e a casa de Deiró Borges, a rua do Tenente Bino, o Beco da Zélia, a Praça da Dona Genoveva, a Rua do Alfredo Borges, a Praça Chiquinho Caixeta, a Rua Dr. José Olímpio Borges, a Praça Dom Eduardo. E ainda a Travessa dos Queiroz onde se mantém de pé a casa do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz, palco de criação do partido de oposição oficial aos “Maciéis”.

(...) na década de 1920 o imóvel já pertencia ao [...] Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz. Em 5 de outubro de 1924, os documentos registram que a casa do Capitão foi o palco escolhido para a *oficialização da ruptura e do embate político direto* com a poderosa família Dias Maciel, ou simplesmente os “Maciéis”. Para fazer frente aos Maciéis, reuniram-se na residência de Virgílio Caixeta representantes das famílias “Borges, Caixeta e Queiroz”, para fundar o “PPPP”: Partido Político Popular de Patos. O partido teve vida curta e nenhuma expressão na câmara municipal, embora tenha feito um vereador: Deiró Eunápio Borges, seu idealizador e também presidente. Em 1936 Deiró foi eleito vereador dentro da *legenda integralista “Por Deus e pela Pátria”* (BORGES & SILVA, 2009, p. 2) [grifos nossos].

Do outro lado da Catedral, ligadas à modernização e à reordenação urbana da cidade, estão as *marcas* dos “Maciéis”, seus compadres e parentes:¹ Escola Estadual

¹ Cerraram fileiras em torno dos Dias Maciel, as famílias: Santana, Pacheco, Barros, Magalhães e Ferreira da Silva. Dentre estes eram genros do patriarca dos “Maciéis”, o Coronel Antônio Dias – e, por isso, cunhados de Olegário Maciel: o Coronel Arthur Thomaz de Magalhães (vere-

Antônio Dias Maciel (Escola Normal), Rua Olegário Maciel, Casa de Olegário Maciel, Casa do Dr. Itagyba (Ferreira da Silva), Rua Farnese Maciel, Palacete de Amadeu Maciel, Rua Major Gote (apelido de Sesóstris Dias Maciel), Hospital Regional Antônio Dias Maciel, Casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, Coreto Arthur Thomaz de Magalhães, Rua José de Santana, Escola Estadual Marcolino de Barros, Praça Antônio Dias, Rua Major Jerônimo [Dias Maciel], Praça Santana...

A documentação existente no Museu da Cidade de Patos de Minas, o MuP, demonstra que a reordenação de Patos – do núcleo original, ao norte, rumo ao vetor sul, na direção da *Chapada* e das *terras da Igreja*² –, se deu a partir de 1883, por intermédio de Olegário Dias Maciel, então Agente do Executivo.

A. Comissão de obras. nº 4. Indico que a Camara Municipal pela Comissão de Obras organise um plano para aumento da povoação desta Villa pelos lados da chapada, e proponha com urgência as medidas que julgar necessárias tomar para a execução do referido plano. S. das sessões, 18 de Abril de 1883. Olegário (MUP: 2006, *sic*).

A “indicação” de Olegário Maciel foi rigorosamente acatada, conforme demonstram Borges e Silva:

Seguiu-se a risca o “Plano Diretor” indicado por Olegário Maciel. Não por acaso, o vereador Eduardo Ferreira de Noronha em 21 de setembro de 1906 indica que: (...) a Câmara nomeie os doutores Olegário Maciel, Eufrásio José Rodrigues e Antônio Nogueira de Almeida Coelho para que, com seu patriotismo, auxiliem a Câmara a estudar o local mais conveniente em que se deve construir o matadouro e respectivo curral, oferecendo seu parecer. Hoje, distanciados no tempo, sabemos que a “Chapada” paulatinamente abrigou, além do Matadouro Municipal, a Casa do Coronel Farnese Dias Maciel, a Casa de Amadeu Dias Maciel, a Casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, o Passeio Público, a fonte luminosa, o Coreto, o Cinema, o Paço Municipal, o Hospital Antônio Dias Maciel, o Grupo Escolar, o Fórum (...) *Pari Passu*, também foram trasladados outros elementos que se localizavam na direção para a qual a cidade ia se deslocando: a mudança do cemitério e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (freqüentada pelos negros) também se constituiu como marco simbólico da nova ordenação urbana planeada por Olegário Maciel (BORGES & SILVA, 2009, p. 13).

ador e responsável pela construção do coreto, do jardim público e do cinema); Marcolino de Barros (advogado, agente do executivo, responsável por conduzir o processo de canalização da água e eletrificação da cidade); Noé Ferreira da Silva (dentista e vereador). Eram parentes por afinidade: Itagyba Augusto da Silva (irmão de Noé; advogado, responsável pela primeira linha telefônica) e José de Santana (cunhado de Noé e Itagyba; compadre de Olegário pelo batismo de duas filhas; responsável pela sessão e posterior venda à municipalidade, de terrenos da sua fazenda, nos limites do patrimônio doado pelo casal Silva Guerra). Os demais possuíam afinidade pelos laços de compadrio firmados nos batismos dos filhos.

² Data de 1826 a doação de uma sorte de terras, *parte da Fazenda Os Patos*, feita pelo casal Antônio Joaquim da Silva Guerra e Luzia Corrêa de Andrade *ao glorioso Santo Antônio para cômodo dos povos*.

Olegário Dias Maciel era o filho mais velho do Coronel Antônio Dias Maciel³, o grande chefe patense do Partido Liberal. Como primogênito já possuía o “destino” de ser o herdeiro político do pai. Em conformidade com a realidade cultural do período, tornou-se “doutor”, mas não bacharel em Direito, como era comum na época. Formou-se Engenheiro Civil em 1878 pela Escola Polytécnica do Rio de Janeiro (um dos berços do movimento republicano, lançado oficialmente em 1870), e formadora de outros engenheiros famosos como *Pereira Passos*, que empreendeu as reformas do Rio de Janeiro e um dos contemporâneos de Olegário, *Aarão Reis*, que projetou Belo Horizonte.

Diante de tais elementos compreende-se a homenagem *post-mortem* feita a Olegário Maciel na paisagem urbana que ele mesmo projetou: “plantado” no meio da quadra central da Avenida Getúlio Vargas, encontra-se um busto que o representa, posicionado de frente para o *sul*, mirando a chapada.

Entrementes, dada a posição em que foi colocado, o busto também se encontra de costas para a *Catedral de Santo Antônio* e para o núcleo original de povoamento, onde residiam os Borges.

A documentação indica que até 1889, Borges e Maciéis conviviam. Embora os segundos não fossem frequentadores assíduos da igreja, sabemos que a conversão ao protestantismo dar-se-á apenas no princípio do século XX, por membros da segunda e terceira geração da família.

No atual estágio das pesquisas, não podemos afirmar com certeza qual foi o motivo que levou à ruptura entre as famílias. Tudo indica, porém, que a contenda se iniciou por conta da República, conforme demonstra a ata da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 1889, apresentada por Antônio de Oliveira Mello:

O vereador Sesóstris Dias Maciel, em 9 de dezembro de 1889, já proclamada a República no Brasil, apresentou a seguinte iniciação: “Indico que esta Câmara faça a sua adesão ao Governo hoje estabelecido conforme a redação que foi aprovada.” Posta em discussão e votos, foi aprovada *contra o voto do vereador Olímpio Borges que, na sessão de 12 de dezembro, se declara contrário à República* e exonera-se da Comissão de Redação, recebendo voto de louvor pelos serviços prestados (MELLO et alli., 2006, p. 125) [*sic*, grifos nossos].

³ Os fundadores da Família Dias Maciel foram os irmãos Antônio e Jerônimo, oriundos de Bom Despacho do Picão, distrito de Pitanguy. Entre 1868 e 1880, o Coronel Antônio Dias Maciel dividiu com seu irmão, o Major Jerônimo Dias Maciel, a gerência política do então *Arraial de Santo Antônio dos Patos*, após o quê assumiu a segunda geração da família. Dos filhos do Coronel Antônio Dias, destacou-se no cenário político Olegário, o mais velho, que fez carreira dentro do PRM, chegando à Presidência de Minas Gerais no pleito de 1929; e que teve papel importante na condução de Getúlio Vargas ao poder, garantindo o apoio das tropas e de recursos de Minas. No palco local, exerceram funções públicas: o Major Gote (Sesóstris) e Amadeu Maciel. O quinto filho, o Coronel Farnese, manteve-se dentro da cena política sem exercer cargos públicos. Garantia a eleição de seus irmãos por meio dos cabrestos e da coação. Dos filhos do Coronel Farnese, Antônio Dias Maciel (advogado), Adélio (médico) e Zama (professor) tiveram cargos públicos. Dos filhos do Major Jerônimo apenas Jacques Dias Maciel esteve próximo das esferas de poder, sendo secretário de Olegário no governo de Minas e presidente do Instituto Mineiro do Café. Com relação às patentes que distinguiam os Maciéis, estas eram derivadas de seu pertencimento à Guarda Nacional.

O vereador monarquista descrito acima era o primogênito do Capitão José Antônio Borges, o “Major Olympio Borges”⁴.

Embora a opção monarquista dos Borges à revelia da opção republicana dos Maciéis tenha dado o colorido inicial ao conflito, a conversão ao protestantismo de Antônio Dias Maciel (1898-1964), neto do Coronel Antônio Dias, pode ter sido a “gota d’água” para uma oposição explícita dos *católicos* Borges ao clã situacionista Maciel.

Advogado, juiz de direito, professor e pregador protestante, Antônio Dias Maciel é reconhecido como um dos fundadores do templo destinado à Igreja Presbiteriana em Patos de Minas. Foi também por intermédio dele que se criou na cidade uma escola de cunho evangélico, o Instituto Sul Americano. O Instituto foi a raiz da “Escola Normal”, idealizada por seu tio Olegário, então presidente do Estado, acusado de protestante no pleito de 1930 pelas Legiões Católicas fiéis a Melo Viana.

Assim, o conflito entre Borges e Maciéis pode ser entendido não apenas como um conflito que opunha orientações políticas e partidárias diferentes. Ele nasceu tanto da diferença política quanto da diferença religiosa.

Como exemplo, destacamos um trecho da intensa correspondência do então Cônego Fleury ao Bispo de Uberaba, fazendo referência à Escola Normal:

A tal escola “anormal”, Snr. Bispo, é uma lástima lastimável e digna de toda lástima. O seu diretor [Antônio Dias Maciel], servindo-se de seu cargo, num prédio magestoso do governo, pago pelo governo, num estado e numa cidade catholica como Minas e Patos, auxiliado por alguns elementos, que só visam o ganho, vai distilando perfidamente o veneno da heresia nos corações das mocinhas que elle tem conseguido arrebatar. Já são diversas moças que elle maldosamente, tem arrastado para o “seu” protestantismo. Isto, que eu acho absurdo e uma injustiça clamorosa, num meio catholico como o de Patos, o governo manter na directoria de uma escola normal um fanático adversário das nossas crenças, que se serve do cargo para propaganda anticatholica e até política (*sic*) [CÚRIA DIOCESANA DE PATOS DE MINAS, 1936].

Em 2004, a Avenida Getúlio Vargas recebeu mais um indicativo simbólico da disputa entre as famílias: a Prefeitura de Patos de Minas postou (consciente ou inconscientemente) *de costas para o busto de Olegário* o busto que homenageia o Monsenhor Fleury.

O conflito entre Borges e Maciéis estendeu-se até a década de 1950, submerso nas legendas do PSD (Borges) e UDN (Maciéis). Diante do exposto podemos afirmar que de fins do século XIX até a metade da década de 1950, a cidade e seus sujeitos foram *culturalmente* “separados” por meio da sua afinidade com um ou outro grupo.

⁴ A família Borges era imensa, mesmo para os padrões de fins do século XIX. Ao todo somava 338 descendentes diretos dos seis irmãos que, migrando de Formiga, se estabeleceram no *Arraial de Santo Antônio dos Patos*. Como os Dias Maciel, os Borges também eram membros da Guarda Nacional. O Major Olympio Borges (1864-1924) foi inspetor de ensino entre 1885 e 1889, advogado e, em 6 de abril de 1883 nomeado, por concurso, Tabelião do Primeiro Ofício, cargo que seu pai exercera. Estreou na carreira política em 1887, ainda no Império, como vereador da *Vila de Santo Antônio dos Patos*. Eleito para o período de 1887-1890 (quando pede a sua exoneração) retorna, já na República, nos pleitos de 1892, 1893 e 1901.

Acreditamos que decorre da memória dessa experiência a compulsão “classificatória” dos membros mais antigos da população de Patos de Minas. As pessoas são apreendidas *sempre* por padrões duplos de classificação: *os de Patos* e *os de fora*; *os patenses* (nascidos em Patos) e *os paturebas* (o migrante que fixa residência em Patos). Igualmente, os indivíduos possuem uma ou outra afinidade “política”: PSD ou UDN, os Borges (“os popular”, como dizem os mais velhos) ou os Maciéis.

Por isso, diante da pergunta fatídica: *de qual família você é?*, o interlocutor desavisado, desconhecendo o passado da cidade, acredita precipitadamente que a pergunta requer como resposta exclusivamente o seu sobrenome. Em seu trabalho, de conclusão da graduação, Batista igualmente se equivoca:

Recém chegado a esta cidade, pude perceber as hierarquizações sociais presentes nesta, sobre o signo dos nomes de família e o preconceito contra esferas menos favorecidas desta sociedade. Sendo, ao mesmo tempo, um elemento estranho e um observador desta cidade, pude perceber que esta era (e ainda é!) muito conservadora... [sic] (BATISTA, 2009, p. 11).

Em Patos de Minas a pergunta é uma *aferição* da pertença cultural dos indivíduos. “De qual família” significa, muito mais, *de qual dos lados* o sujeito se coloca dentro da intrincada e *até a atualidade* desgastante disputa política local! Compreender este aspecto – dentre os vários e igualmente instigantes aspectos da configuração sociocultural da cidade – requer, no entanto, uma leitura menos defensiva do passado político das *suas elites*. Ainda que, reino da obviedade, na cena urbana tenham se digladiado projetos oriundos de outros segmentos sociais que não os membros das elites, é mister reconhecer a importância que os filhos das elites patenses possuíram no *processo histórico* que, dialeticamente, partejou uma das mais intrigantes cidades republicanas do interior de Minas Gerais.

Sem dúvida, o estágio “da arte” no qual se encontra a reflexão historiográfica sobre Patos de Minas, ainda é acanhado. Por outro lado, quando nos reportamos ao fenômeno de urbanização que teve lugar a partir de fins do século XIX, sabemos de cor o evangelho de Haussman e o projeto civilizador aplicado nos grandes centros do Brasil. Distanciando o olhar, também conseguimos apontar a série de intervenções urbanas que mudaram a face de dezenas de outras cidades, especialmente aquelas no caso de Minas e São Paulo que, diferente de Patos, foram tocadas pelos trilhos das estradas de ferro, condutores do café.

Porém, as cidades são mais que projetos. E os projetos, implantados, envolvem *diretamente* os indivíduos, sujeitos históricos, homens e mulheres pertencentes aos mais diferentes grupos sociais, que participaram e viveram na paisagem urbana que ia sendo modificada, transformando e sendo transformados por ela. Esse movimento, tão dialógico quanto dialético, dá-se no âmbito específico de uma experiência social genuinamente humana: a *cultura*.

Ora, a ciência – mãe do conceito de cultura, a Antropologia, já nos ensinou que *cultura* é toda a produção material e simbólica que confere identidade aos grupos humanos, permitindo aos indivíduos o senso de pertença à coletividade. É desta maneira,

pois, que devemos pensar a paisagem urbana e sua construção histórica. Ela é *culturalmente* construída, pois expressa a identidade social dos indivíduos. Isso não significa, é óbvio, que por expressar a identidade dos sujeitos, a cultura é “plácida” e harmônica. Muito pelo contrário. O espaço imaginário no qual a cultura oferece a pertença é construído mediante o embate de múltiplos interesses. “O quê” e “como” o grupo será; como se fará representar; por meio de quais instrumentos (intelectuais, míticos, materiais...) reconhecerá os *seus membros*, são questões que resultam de profundos e dramáticos embates de interesses.

Assim, compreender o processo através do qual se construiu material e simbolicamente a paisagem urbana de Patos implica, por suposto, compreender em qualquer tempo, a *construção sociocultural* daquela paisagem.

Obviamente, a configuração urbana erguida na cidade de Patos no período republicano é parecida com dezenas de outras configurações espalhadas por Minas Gerais e pelo Brasil afora. Entretanto, a urdidura histórica que deu origem àquela paisagem; ou a urdidura sociocultural que originou os lugares citadinos e a “memória urbana” que se desprende deles é *única*.

Por isso mesmo Patos de Minas com seus “Borges” e “Maciéis” é representativa das *diferentes experiências* culturais de urbanização que tiveram lugar no interior de Minas Gerais, entre a propaganda e a consolidação do regime republicano.

Compreender essas diferenças nos ajudará, com certeza, a entender melhor as nossas semelhanças.

Referências bibliográficas

BATISTA, Leonardo Latini. *De cidade sertaneja à bella urbs: obras públicas e tensões sociais em Patos de Minas no início do século XX*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Monografia de Graduação em História, 2009.

BORGES JR., Deiró. *De Deiró a Deiró: memórias de um menino de recados*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.

BORGES, Cristina Caixeta. *Análise da paisagem urbana: o caso da avenida Getúlio Vargas em Patos de Minas-MG*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Mestrado em Ciência Florestal, 2008.

BORGES, Alex de Castro & SILVA, Rosa Maria F. “A casa do Lázaro Preto”. *Revista ALPHA*. Patos de Minas: Centro Universitário de Patos de Minas, ano 10, n. 10, dez. 2009, pp. 9-20.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÚRIA DIOCESANA DE PATOS DE MINAS. *Carta de Cônego Manuel Fleury Curado ao Senhor Bispo*. ARQUIVO. Patos de Minas: 12 de fevereiro de 1936. Correspondências diversas. Pasta n. 5, 33-38.

DOIN, José Evaldo de Mello et. al. *A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) — a proposta do Cemumc. Revista Brasileira de História*, vol. 27, n.º 53 (junho de 2007).

FARIA, Rosicléia Aparecida Lopes de. *Da educação moderna à formação do cidadão republicano: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros – 1913-1928)*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado em História da Educação, 2007.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: Ingrabrás, 1974.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MATOS, Márcia Helena Rodrigues. *Educação e imprensa em palcos republicanos: análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889-1930)*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de mestrado em História da Educação, 2008.

MELLO, A. O. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

_____. *Patos de Minas: minha cidade*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1978.

_____ et al. *Uma história de exercício da democracia: 140 anos do legislativo patense*. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006.

MUP – Museu da Cidade de Patos de Minas. *Correspondência Interna*. Câmara da Vila de Santo Antônio de Patos. 18/04/1883. MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas: Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Caixa 089.1. Documento Digitalizado: Mar/2006.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *A cidade republicana na belle époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade*. Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, R. C. *Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)*. Dissertação. Mestrado em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002.



Vetor Sul da Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. Década de 1930. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Antigo Largo da Matriz. Cidade de Patos, princípio do século XX. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Fundos da Antiga Matriz e da Catedral de Santo Antônio, Patos de Minas. s/d.
Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas.
Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Catedral de Santo Antônio de Pádua e Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. Década de 1970. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Avenida Getúlio Vargas, vetor sul. Patos de Minas, Década de 1930. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



O jovem Olegário Maciel. Fotografia de fins do século XIX. Acervo do Arquivo Público Mineiro. Fundo Olegário Maciel. Cópia Digital.



Busto de Olegário Maciel. Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. 2010. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Busto do Monsenhor Fleury. Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. 2010. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.